



**CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ECONOMIA, INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO**

**CHILE: IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA
DESIGUALDADE SOCIAL NA CRISE POLÍTICA DE 2019**

JIMMY IGNACIO ALVEAR ESPINOZA

Foz do Iguaçu
Dezembro de 2022

**CHILE: IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA DESIGUALDADE
SOCIAL NA CRISE POLÍTICA DE 2019**

JIMMY IGNACIO ALVEAR ESPINOZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas - Economia, Integração e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Renato Vieira Martins

Foz do Iguaçu
2022

JIMMY IGNACIO ALVEAR ESPINOZA

**CHILE: IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA
DESIGUALDADE SOCIAL NA CRISE POLÍTICA DE 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas - Economia, Integração e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA

Orientador- Prof. Dr. José Renato Vieira Martins
(UNILA)

Prof. Dr. Amilton Jose Moretto
(UNILA)

Prof. Dr. Carlos Henrique Vieira Santana
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 8 de dezembro de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Jimmy Ignacio Alvear Espinoza

Curso: Ciências Econômicas

	Tipo de Documento
(x) graduação	(....) artigo
(....) especialização	(...X.) trabalho de conclusão de curso
(....) mestrado	(....) monografia
(....) doutorado	(....) dissertação
	(....) tese
	(.....) CD/DVD – Obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: Chile: impactos do desenvolvimento econômico e da desigualdade social na crise política de 2019

Nome do orientador(a): Prof. Dr. José Renato Vieira Martins

Data da Defesa: 08 / 12 / 2022

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 8 de dezembro de 2022.


Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a Minha avó
onde você estiver, não me
esqueço de você te amo

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais Gloria e Gimberto que me deram o suporte ao longo destes anos para conseguir enfrentar os desafios surgidos nessa jornada. Sem eles eu não estaria aqui. Se eles não tivessem acreditado, estas palavras não existiriam. Obrigado pelas noites acordados e por todo o sacrifício. Para vocês estas palavras iniciais e minha eterna gratidão. Mama, Papa lós amos.

A meus irmãos Maximiliano e Valentin, apesar da distância cada um está conseguindo ir atrás de seus sonhos. Tenho a maior admiração e orgulho de vocês. Mesmo na distância vocês me fazem sentir em casa.

A toda minha família, meu avô, por todas as lembranças, pelo amor, pelo suporte desde criança, meus tios, meus primos todos vocês fizeram e fazem parte desta importante caminhada e os levo sempre em meu coração.

Ao meu amor, minha parceira, pelos anos incondicionais de suporte longe da família, pelo apoio outorgado, pela força e pela ajuda necessária e por acreditar que eu conseguiria alcançar meus sonhos, obrigado, Hanna!

Os Amigos que o Brasil e a UNILA me deram, em especial a quem se transformou em um anjo para mim, Maria. Sem você outra história eu teria. Vitor, Isaias, Matheus, Carla, Duda, Silvia, Elis e todos os amigos e família que a UNILA me brindou, minha eterna gratidão.

Ao meu orientador Jose Renato Veira Martins, obrigado por todo este tempo de suporte, pelas conversas valiosas e pelo conhecimento outorgado, meu máximo reconhecimento.

Obrigado Universidade Federal da integração Latino Americana UNILA pela excelência acadêmica de qualidade, pública e gratuita, pelos conhecimentos compartilhados nessa linda instituição. Uma universidade única na América Latina!

Obrigado aos meus Orixás, sem sua força nada seria possível. Obrigado, Deus.

“O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível.” **MAX WEBER**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Taxas de pobreza e extrema pobreza na América Latina.....	19
Gráfico 2- Comparação internacional 1% mais rico de 19 membros da OCDE	25
Gráfico 3 – Evolução da confiança em partidos políticos.....	33
Gráfico 4 – Evolução da confiança nos governos.....	34
Gráfico 5 – Evolução de confiança no congresso nacional do Chile.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Chile coeficiente de gini22

Tabela 02- Avanço dos indicadores sociais entre 70 e 8023

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPAL Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

ECLAC Comissão econômica para América Latina e o Caribe

CLACSO Conselho latino-americano de ciências sociais

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os impactos do desenvolvimento econômico no Chile (2010-2019) e da desigualdade na distribuição de renda na crise política e social de 2019. A metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo foi uma pesquisa bibliográfica. Os resultados deste estudo demonstram que as reformas econômicas implementadas no Chile nos últimos trinta anos, especificamente a partir de 2010, não foram eficazes para melhorar a qualidade das políticas sociais e atender aos anseios da população que foi às ruas manifestar sua insatisfação em relação ao alto custo de vida e às desigualdades que têm sua origem no modelo de desenvolvimento econômico ultraliberal e na manutenção de princípios constitucionais herdados da ditadura de Pinochet. Constatou-se que o Chile vivenciou um crescimento econômico ao longo de três décadas que gerou a diminuição da pobreza, mas acirrou as desigualdades sociais, devido à liberalização da economia e o enfraquecimento de políticas sociais, gerando abismos na distribuição de renda. Após a realização desta pesquisa pode-se verificar que as adoções de políticas neoliberais para a economia não foram suficientes para reduzir as desigualdades sociais históricas no país. Em conclusão esta pesquisa aponta que mudanças estruturais, incluindo reforma constitucional, a elaboração de uma nova constituição e o limitações ao modelo neoliberal em diversos setores (saúde, educação, habitação etc.), é primordial para que o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano sejam conciliados e para que profundas desigualdades deixem de coexistir com a riqueza canalizada pelas elites políticas e econômicas existentes no Chile.

PALAVRAS-CHAVES: Crise chinela; Economia; Neoliberalismo; 18 de outubro; Crise Política; Modelo Neoliberal; Nova Constituição.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar los impactos del desarrollo económico en Chile (2010-2019) y de la desigualdad en la distribución de los ingresos en la crisis política y social del año 2019. La metodología adoptada para el desarrollo de este estudio fue por medio de una investigación bibliográfica. Los resultados de este estudio demuestran que las reformas económicas implementadas en Chile en los últimos 30 años, especialmente a partir del año 2010, no fueron eficaces para mejorar la calidad de las políticas sociales y atender las necesidades y deseos de la población, la cual se fue a las calles a manifestar su insatisfacción en relación al alto costo de vida y de las desigualdades que tiene su origen en el modelo de desarrollo económico ultra liberal y en la mantención de principios constitucionales heredados de la dictadura de Pinochet. Se constata que Chile vivió un crecimiento económico a lo largo de tres décadas lo que generó una disminución de la pobreza. Mas exacerbó las desigualdades sociales, debido a la liberación de la economía y el enflaquecimiento de las políticas sociales, generando abismos en la distribución de los ingresos. Posterior a la realización de esta investigación puede verificarse que las adopciones de políticas neoliberales en la economía no fueron suficiente para reducir las desigualdades sociales históricas en el país. En conclusión, este trabajo apunta que mudanzas estructurales, incluyendo una reforma constitucional, la elaboración de una nueva constitución y las limitaciones al modelo neoliberal en diversos sectores (Salud, Educación, Vivienda, etc.), es primordial para que el desarrollo económico y el bien estar humano sean conciliados y para que profundas desigualdades dejen de coexistir con la riqueza canalizadas por las elites económicas y políticas existentes en Chile.

PALABRAS-CLAVES: Crisis Chilena, Economía, Neoliberalismo, Crisis Política, Nueva constitución, Modelo Neoliberal, 18 de octubre

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the impacts of economic development in Chile (2010-2019) and inequality in income distribution in the political and social crisis of 2019. The methodology adopted for the development of this study was bibliographic research. The results of this study demonstrate that the economic reforms implemented in Chile in the last thirty years, specifically from 2010 onwards, were not effective in improving the quality of social policies and meeting the desires of the population that took to the streets to express their dissatisfaction with the high cost of living and the inequalities that have their origin in the ultra-liberal economic development model and in the maintenance of constitutional principles inherited from Pinochet's dictatorship. It was found that Chile has experienced economic growth over three decades that has generated a reduction in poverty, but has intensified social inequalities, due to the liberalization of the economy and the weakening of social policies, generating abysses in income distribution. After conducting this research, the adoption of neoliberal policies for the economy were not enough to reduce the historical social inequalities in the country. In conclusion, this research points out that structural changes, including constitutional reform, the elaboration of a new constitution and the limitations of the neoliberal model in several sectors (health, education, housing, etc.), are essential for economic development and well-being. are reconciled and so that deep inequalities cease to coexist with the wealth channeled by the political and economic elites existing in Chile.

KEY-WORDS: Chilean Crisis, Economy, Neoliberalism, Political Crisis, New Constitution, Neoliberal Model, October 18

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DESENVOLVIMENTO.....	15
2.1 DESIGUALDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.....	15
2.2. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO CHILE NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO	22
2.3 INSATISFAÇÃO POPULAR NO CHILE EM 2019.....	27
2.3.1 A redemocratização e as desigualdades	27
2.3.2 O colapso do modelo chileno	28
2.3.3 A crise política fora de controle	30
2.3.4 O que esperar depois do plebiscito de saída	37
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UM CAMINHO PARA REFLEXÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A América Latina é considerada a região mais desigual do mundo, com um coeficiente de Gini médio de 0,52. Nos últimos anos, a região se caracterizou por um cenário econômico, social e político complexo, combinando baixo crescimento, altos níveis de informalidade do trabalho, aumento da população vivendo na pobreza e na pobreza extrema, desaceleração do processo de redução da desigualdade, e explosões de inquietação civil e manifestações sociais (ECLAC/PAHO, 2020).

As desigualdades constatadas no conjunto dos países da América Latina demonstram que o aumento da produtividade e o crescimento econômico não geram automaticamente a maior distribuição de renda e igualdade de oportunidade de acesso à educação, saúde e habitação. A igualdade é um meio potente para promover não só o fortalecimento da democracia como também o crescimento econômico (CEPAL, 2019). Entre os países que compõem a região latino-americana observa-se, porém, alta desigualdade social combinada com flagrantes debilidades das instituições democráticas.

Os países que apresentam maior desigualdade pelo coeficiente Gini são: Brasil (0,53), Honduras (0,52), Colômbia (0,50) Panamá (0,49), Paraguai (0,46) e Equador (0,45). Aqueles que apresentam menor desigualdades são Uruguai (0,39), Argentina (0,41), Venezuela (0,41), Bolívia (0,42) e Peru (0,42) (STATISTA, 2022). O Chile apresenta coeficiente 0,46, situando-se apenas um pouco acima da média regional, o que não deixa de estar em contradição com o propalado êxito do modelo neoliberal há várias décadas vigente no país.

Diante destes dados, é importante destacar que a redução da pobreza e da desigualdade em todas as suas dimensões nos países latino-americanos ainda é um desafio que, para ser adequadamente enfrentado, requer ampliar a agenda de direitos, fortalecer a ação/intervenção do Estado e de instituições sociais, aumentar os investimentos sociais e implementar políticas públicas de redistribuição de renda, permitindo o acesso igualitário à educação, moradia, saúde e previdência social (CEPAL, 2019).

A desigualdade é uma realidade de muitos países do mundo, e não somente dos latino-americanos. Contudo, nos países ricos, o crescimento econômico é normalmente acompanhado da diminuição das desigualdades através de mecanismos fiscais, tributários e políticas sociais ativas. Isto impacta de forma direta na renda dos indivíduos e há uma evolução nos indicadores de desenvolvimento humano e bem-estar social, uma vez que as condições de renda foram melhoradas. Já o crescimento econômico em países pobres apresenta menor impacto sobre a melhoria nas condições de vida da população devido à desigualdade na distribuição e no acesso às riquezas geradas (ARAÚJO et al, 2013). Graças a isto, é preciso considerar que, para que haja a redução das desigualdades sociais e econômicas na América Latina, a cultura do privilégio para a minoria deve ser banida, aliada à melhor distribuição de renda visando garantir direitos e o bem-estar da população.

O modelo econômico chileno implantado entre os anos de 1973 e 1989 impediu que o crescimento econômico fosse acompanhado pelo pleno desenvolvimento social. Desde o golpe de Estado de 1973 implantou-se no país um modelo privatista, que conferiu um caráter subsidiário ao Estado, impedindo que os investimentos públicos fossem direcionados para programas de transferência de renda e assistência social nas áreas da educação, habitação e previdência social, a não ser em escala muito menor do que as necessárias para enfrentar as desigualdades sociais.

É preciso considerar que a implementação de políticas econômicas neoliberais em território chileno procurou legitimar-se por meio do discurso das chamadas “modernizações sociais” levadas a cabo durante a ditadura (1973-1989). Contudo, está “modernização” não abarcou o conjunto da sociedade, e serviu tão somente para colocar em evidência as fortes desigualdades existentes na sociedade chilena. Naquela época, o Chile foi considerado pelos organismos financeiros internacionais o “tigre asiático” da América Latina, devido às suas altas taxas de crescimento econômico (VERGARA, 1994). As manifestações de 2019 enterraram de uma vez por todas estas ilusórias representações ideológicas sobre o país. Do golpe de Estado de 1973 ao estalido social de outubro de 2019 pode-se perceber uma continuidade histórica que será analisada neste trabalho.

A presente pesquisa pretende, portanto, desvelar o vínculo entre desenvolvimento econômico, político e social para melhor compreender a história chilena. As evidências de um desenvolvimento econômico que não se refletiram em bem-estar para a população eclodiram na cidade de Santiago, em forma de protestos contra a situação econômica e social do país. Esta realidade condiz com a afirmação do economista Joseph Stiglitz para o qual o PIB é um indicador que não reflete o bem-estar dos cidadãos comuns e a real situação econômica de uma Nação (BRAGA, 2010). Para o economista Gunnar Myrdal, ganhador do prêmio Nobel, defensor do Estado de Bem-Estar Social, a redução da desigualdade é condição necessária para o crescimento econômico que, por sua vez, impacta no desenvolvimento da Nação (FERREIRA; SALLES, 2020).

Para estes economistas, um mercado de trabalho desregulado como o chileno tende a produzir espontaneamente níveis crescentes de desemprego e cortes salariais, minando a luta dos trabalhadores por aumento de salários e melhores condições de vida para eles e suas famílias. A precarização do trabalho reduz a 'moral' do trabalhador e aumenta a exploração do trabalho. Para Gunnar Myrdal existe uma relação entre Estado de Bem-Estar Social e desenvolvimento econômico, sendo evidente que a redução da desigualdade de renda aumenta a eficiência da produtividade, ou seja, gera maior crescimento econômico.

O presente estudo analisa os vínculos que existem entre desenvolvimento social, crescimento econômico e democratização política nos acontecimentos deflagrados pelo estalido social de 18 de outubro de 2019 no Chile. Estes acontecimentos possuem raízes econômicas, que a presente pesquisa pretende desvelar. Este estudo se baseia no pressuposto de que as recentes mudanças políticas verificadas no Chile, a crise econômica do modelo neoliberal e o estalido social estão de alguma forma combinados ou sobre determinados.

Justifica-se o desenvolvimento deste estudo por possibilitar o aprofundamento sobre o panorama econômico e social da América Latina e conhecer as causas e consequências da crise que ocorreu no Chile em 2019, sendo um instrumento de reflexão no campo teórico e metodológico das Ciências Econômicas para compreender criticamente a dialética entre desenvolvimento econômico e desigualdade social. O tema discutido e apresentado neste estudo

apresenta-se subdividido em três capítulos.

O primeiro capítulo faz uma descrição do panorama das desigualdades econômicas e sociais na América Latina. Partindo da compreensão de que estas desigualdades se constituem dentro do modo de produção capitalista e do avanço das políticas neoliberais. Faz-se uma explanação sobre as políticas macro e microeconômicas adotadas pelo governo chileno desde os tempos da ditadura militar até o governo de Piñera e seus impactos na pobreza e desempenho social. Contribuindo para melhor entendimento do tema foi demonstrado o coeficiente de Gini do Chile neste período e seus efeitos no desenvolvimento econômico e social do país.

O segundo capítulo demonstra os principais aspectos que eclodiram em uma manifestação da insatisfação popular no dia 18 de outubro de 2019. A partir dos dados coletados e analisados na literatura são apresentados neste capítulo aspectos do desenvolvimento social, político e econômico desde o golpe militar contra o governo de Salvador Allende aos governos democráticos da Concertación e pela Nueva Mayoría, seus objetivos e quais foram as metas das sociais, econômicas e políticas para o país.

No capítulo terceiro discute-se a crise de 2019 e sua relação com as desigualdades econômicas e sociais no Chile. A partir dos dados que foram discutidos nos capítulos anteriores, demonstra que as mudanças para o país estão associadas a novos desafios políticos e econômicos que serão enfrentados pelo governo de Gabriel Boric.

Em razão da complexidade do tema bem como dos desdobramentos do estalido social de 2019, incluindo as eleições de 2021, a ascensão de Gabriel Boric ao governo (2022) e a elaboração da nova Constituição (que acabou sendo reprovada por grande maioria dos chilenos no plebiscito de 4 de setembro de 2022), este estudo não pretende esgotar o assunto e não se propôs a demonstrar uma solução para o acontecimento histórico. Trata-se de compreender qual foi a influência que as dinâmicas econômicas, políticas e sociais dos últimos trinta anos tiveram na crise de 2019, buscando demonstrar como estes elementos estão entrelaçados, se influenciam entre si e que a partir de um movimento contínuo produzem efeitos que irão convergir para a manutenção da ordem (social, econômico e política) ou para uma nova configuração dela.

2.1 DESIGUALDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

O objetivo deste capítulo é realizar uma breve análise do panorama da América Latina em relação aos seus aspectos econômicos e sociais, para então melhor compreender o caso chileno.

É importante registrar, preliminarmente, que este país não teve um modelo único desde o golpe militar de 1973, mas passou por distintas modalidades de políticas econômicas, embora o neoliberalismo tenha sido o fio condutor das políticas governamentais, seja no período autoritário, sob o governo Pinochet (1973 – 1989), seja na etapa democrática, com a Concertación (1990 – 2010), marcados por diferentes ênfases, dosagens e resultados divergentes. Um marco importante na economia chilena neste período foi seu fraco desempenho em investimento produtivo, sendo que entre os anos 1974-89 a taxa de investimento média foi de 16%, enquanto entre 1990-2007 foi de 24% do Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento foi 2,9% (1,3% per capita) e de 5,5% (4,1% per capita), em cada período mencionado respectivamente (FFRENCH-DAVIS, 2007).

Contudo, é preciso considerar que o desenvolvimento econômico está diretamente relacionado com o mercado de trabalho e a política de emprego que impactam incisivamente a evolução da pobreza e distribuição de renda. A geração de empregos é fator decisivo para gerar produtividade, de forma a sustentar o aumento dos salários. Para tanto é preciso que o governo invista também em educação e treinamento profissional (FFRENCH-DAVIS, 2007).

Para Ffrench-Davis (2007) existe uma relação entre distribuição de renda e produtividade econômica, sendo que ele confere maior ênfase à questão da formação de mão-de-obra e aumento da produtividade. Para o presente estudo, é importante discutir os limites desta abordagem, para demonstrar que embora tenha ocorrido crescimento na economia chilena, as desigualdades persistiram.

Isto se pode constatar ao observar que após cinco décadas vivenciando o modelo neoliberal, o povo chileno manifestou sua insatisfação em relação à precariedade de condições de educação, habitação, saúde, previdência social e desemprego. O estalido social de 2019 r revelou a realidade

para o Chile e para todos os países da América Latina ao mostrar que o desenvolvimento econômico no modo de produção capitalista necessita de contrapartida social, caso contrário gera descontentamento e desconfiança política da população que percebe que o modelo econômico neoliberal conspira contra o desenvolvimento econômico e os interesses de ampla maioria da população.

Considera-se, portanto, que o desenvolvimento econômico de um país não decorre apenas do aumento do seu investimento em produtividade. Para além disto, o desenvolvimento econômico diz respeito a questões de proteção social, garantia de direitos sociais (educação, moradia, saúde etc.), aumento de mão-de-obra qualificada, aumento de empregos e salários, dentre outros. Todos estes elementos integrados influenciam na estabilidade econômica e redução das desigualdades sociais (VIANA; LIMA, 2010).

O debate sobre o problema das desigualdades econômicas e sociais vem crescendo consideravelmente nas últimas décadas, visando lançar um olhar global sobre esta realidade nos países ocidentais. O tema é discutido sob o entendimento de que estas desigualdades estruturais também estão enraizadas em ideologia e na política, pois os grupos dominantes sempre tendem a ser conservadores e sempre tendem a definir a desigualdade existente como sendo natural, oriunda de algum esquema natural ou instituições naturais ou de regras que não podem ser alteradas.

Isto leva à compreensão de que a forma como a desigualdade está organizada nos países ocidentais pode ser modificada quando se travam conflitos sociais, no entanto, também pode ser feita pelo caminho pacífico, como demonstrou a experiência de outros povos. A Suécia se tornou um dos países menos desiguais da história após uma grande mobilização social dos sindicatos e do Partido Social-Democrata. Os Estados Unidos, por sua vez, após a Grande Depressão, também se voltaram para um sistema tributário muito progressivo e reduziram enormemente sua desigualdade. Contudo, é preciso ressaltar que desde 1970, a desigualdade voltou a aumentar nos países ricos, principalmente nos Estados Unidos, pois a concentração de renda na primeira década do século XXI excedeu o nível recorde visto nos anos 1910- 1920 (PIKKETY, 2014).

Deste modo, compreende-se que as desigualdades sociais e econômicas afetam países ricos e pobres e que uma mudança no sistema

econômico pode levar a uma redução destas desigualdades. A ideia de que o sistema econômico é estático e que nunca mudará não é sólida, pois os movimentos sociais, as eleições, os desequilíbrios na cotação internacional do petróleo e nos mercados imobiliários e outros fatores podem influenciar uma mudança (PIKKETY, 2014).

A partir desta perspectiva Pikkety (2014, p.25 e 29) ao falar sobre a trajetória de crescimento equilibrado afirma que:

Não há motivo algum para acreditar que o crescimento tende a se equilibrar de forma automática. Demoramos muito tempo para recolocar a questão da desigualdade no centro da análise econômica, e mais ainda para resgatar os questionamentos do século XIX. A história da desigualdade é moldada pela forma como os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo e o que não é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorrem. Ou seja, ela é fruto da combinação, do jogo de forças, de todos os atores envolvidos.

Esta perspectiva pode ser aplicada à realidade chilena uma vez que a Constituição de 1980, por decisão política do governo Pinochet, gerou entraves ao desenvolvimento social do país, sendo um meio institucional de aprofundar ainda mais as desigualdades. No entanto, após o estalido social que ocorreu em 2019 nasceu um acordo político amplo para fazer uma nova Constituição para o país, pois a manifestação da insatisfação popular aclamou uma mudança política a partir de uma nova Constituição. O problema central da desigualdade acabou sendo incompreendido pela Convenção Constituinte.

A desigualdade é uma característica histórica e estrutural das sociedades latino-americanas e caribenhas, e se manteve e se reproduziu mesmo em períodos de crescimento econômico e prosperidade. Apesar desses avanços, persistem altos níveis de desigualdade, que conspiram contra desenvolvimento e são uma barreira poderosa para a erradicação da pobreza, a expansão da cidadania e a exercício de direitos, bem como para a governança democrática (GONÇALVES, 2019).

Como mostra a experiência histórica e recente da América Latina e do Caribe, embora o crescimento econômico seja um fator-chave na redução da pobreza, a desigualdade pode limitar significativamente esse processo. Sem uma mudança na distribuição de renda, mesmo altos níveis de

crescimento são insuficientes para reduzir pobreza de forma sustentável; há evidências de que o crescimento é menos eficaz para atingir essa redução em países com altos níveis de desigualdade e a velocidade de redução tende a ser maior em países mais igualitários (CARVALHO, 2018).

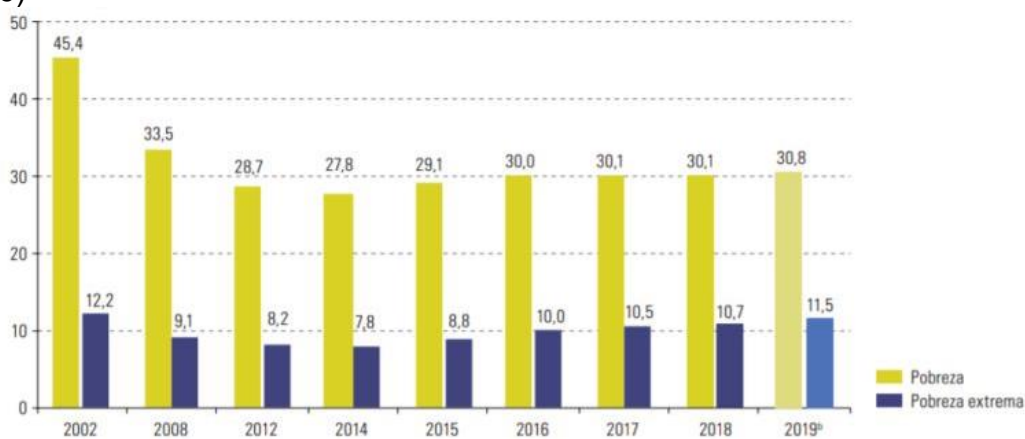
A desigualdade gera barreiras muito marcantes que dificultam as pessoas ascender socialmente, alcançar níveis mais elevados de bem-estar do que seus pais ou aspirar que seus filhos os alcancem. No ano de 2016, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹ realizou uma Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social na América Latina e Caribe, na qual foi elaborado um relatório intitulado “La matriz de la desigualdad social en América Latina” Este relatório enfoca a matriz de desigualdade social da região. Seu ponto de partida é que a desigualdade social é uma característica estrutural e um desafio fundamental para a América Latina (CEPAL, 2016).

O estudo destaca que nas sociedades latino-americanas e caribenhas a pobreza, a vulnerabilidade e a desigualdade são problemas estruturais e destaca a desigualdade de renda, manifestada na classe social a que se pertence, que é causa e efeito de outras desigualdades em áreas como educação, saúde, gênero, trabalho e renda (CEPAL, 2016).

A Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou um relatório em 2019 afirmando que a América Latina é a região mais afetada pela desigualdade econômica e social do planeta. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) trabalha intensamente nessa área a fim de encontrar soluções e estratégias para que ocorram avanços na região no combate às desigualdades sociais e econômicas.

¹ Com sede em Santiago do Chile, é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Foi criado para contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenando ações para promover e fortalecer as relações econômicas dos países entre si e com o resto do mundo. A comissão foi posteriormente ampliada para incluir os países do Caribe.

Gráfico 1: Taxas de pobreza e extrema pobreza na América Latina (2002 a 2019)



Fonte: ALVES, 2022

A Organização das Nações Unidas (ONU) traçou um plano e meta para 2030 visando acabar com a desigualdade social e econômica na região. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2015, expressa um consenso sobre a necessidade de avançar para sociedades mais inclusivas, solidárias e coesas, e coloca as pessoas no centro, promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável. A proposta da agenda está articulada com o conjunto de proposições que a CEPAL, que considera que o atual modelo de desenvolvimento da América Latina e Caribe se tornou insustentável e que o consenso em torno da Agenda 2030 levanta a necessidade de mudar esse modelo para avançar em direção a maior igualdade e proteção do meio ambiente (CEPAL, 2016).

Ao analisar estes dados é importante refletir que, de acordo com os estudos clássicos da CEPAL, as desigualdades sociais e econômicas existentes na América Latina são oriundas da “heterogeneidade estrutural”. No pensamento cepalino clássico da metade do século passado, a heterogeneidade estrutural tem implicações para a dinâmica de desenvolvimento. Sua abordagem, que passou a ser conhecida como "estruturalismo histórico", concentra-se na análise das maneiras pelas quais o legado institucional da região e a estrutura produtiva herdada da era colonial influenciam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e geram comportamentos diferentes dos países desenvolvidos. Assim, essa escola de pensamento entende que as

economias da região podem ser mais bem compreendidas por referência ao conceito de heterogeneidade estrutural que foi formulado na década de 1960 (CEPAL, 2022).

Na América Latina os sistemas de proteção social foram moldados a partir de um contexto regional de grande heterogeneidade, uma vez que no capitalismo periférico são distintas as dinâmicas dos setores modernos e tradicionais. A ideia de desenvolvimento do subdesenvolvimento, defendida por André Gunder Frank, está ancorada nessa realidade. Segundo este autor, quanto mais os setores modernos avançam, tanto mais os atrasados ficam para trás, aprofundando o fosso que os separam. O desenvolvimento tecnológico, os investimentos produtivos e a qualificação da mão-de-obra feitas no setor moderno, vinculado ao mercado externo, não alcançam o setor primário da economia, onde prevalecem os baixos salários e as precárias condições de trabalho, perpetuando, reproduzindo e ampliando o subdesenvolvimento.

A partir desta análise verifica-se que existe um vínculo entre heterogeneidade estrutural, apontada pela CEPAL, e desigualdades socioeconômicas, denunciadas por Gunder Frank. Embora a região tenha iniciado a introdução de incipientes programas de seguridade social no início do século XX, esses sistemas permaneceram incompletos e em nenhum dos países conseguiu alcançar a cobertura universal da proteção social. Na verdade, a seguridade social ficou restrita aos setores formais e urbanos, verdadeiras ilhas de uma econômica predominantemente rural e informal. Quando se inicia o processo de industrialização, os países que lograram se industrializar mantiveram altos níveis de informalidade, baixa taxa de emprego assalariado e da cobertura extremamente reduzida. As populações rurais e indígenas permaneceram excluídas. Por outro lado, o Estado nacional-desenvolvimentista conseguiu promover um processo de modernização capitalista e, mesmo apoiando o novo proletariado industrial que se constituiu após a Segunda Guerra Mundial, não conseguiu incorporar a grande massa de trabalhadores a esse novo regime de acumulação.

Seguindo o que foi discutido neste capítulo é importante frisar que o Chile, como país da periferia capitalista e como país das políticas neoliberais, é um país que teve uma expansão econômica, porém não criou condições políticas, econômicas e institucionais para superar as desigualdades.

Como consequência desta realidade, ao longo dos anos acumulou problemas que eclodiram sob a forma do estalido social no final de 2019. Nos anos que se seguiram ao período ditatorial, a Constituição de Pinochet de 1980 foi mantida com pequenas reformas. Somente com a crise de 2019 e a manifestação da insatisfação popular é que se tornou possível um acordo político amplo para fazer uma nova constituição para o país.

2.2. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO CHILE NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Para ilustrar a heterogeneidade territorial da América Latina a CEPAL fez uma análise comparativa com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com base em dois indicadores: o coeficiente de concentração territorial (que mede a distribuição territorial de atividade econômica) e o coeficiente de Gini territorial (que mede a distribuição da riqueza relacionando o PIB total de cada território com a participação relativa de sua superfície geográfico). Esta análise mostra a singularidade latino-americana, onde, ao contrário dos países europeus, a concentração PIB territorial é acompanhada de desigualdade (CEPAL, 2016).

O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, o qual é aplicado para calcular a desigualdade de distribuição de renda de um país, podendo ser utilizado também para qualquer outro tipo de distribuição (SÁNCHEZ-HECHAVARRÍA et al, 2019).

Esse coeficiente varia de 0 a 1, onde 0 significaria que todos os indivíduos teriam a mesma renda, e 1 indicaria que apenas um indivíduo teria toda a renda de uma sociedade. Isso quer dizer que, quanto mais próximo de 0 é o coeficiente de Gini de um país melhor é a sua distribuição de renda, enquanto um coeficiente mais próximo de 1 indica uma pior distribuição de renda (MÉNDEZ; WALTENBERG, 2018).

A Tabela 1 apresenta os valores do coeficiente de Gini no Chile entre os anos de 1990 e 2020, onde o Coeficiente de Gini para o país como um todo permaneceu praticamente estável respeito aos anos 2010 a 2020, comparado com o início dos anos 90 onde houve uma redução mais significativa os últimos 10 anos permanece praticamente inalterado.

Tabela 01 - Chile: Coeficiente de Gini

Ano	90	92	94	96	98	00	03	06	09	11	13	15	17	20
I.GINI	57,20	54,80	56,40	54,90	55,50	52,80	51,50	47,30	47,0	46,0	45,80	44,4	44,40	44,90

Fonte: Gini Index (world bank estimate)

No que se refere à economia chilena, bem como seus respectivos indicadores, os quais revelam as condições sociais, (Tabela 2), observa-se que houve uma melhora nos indicadores econômicos e sociais, a qual pode ser observada na chamada “era dourada”².

Tabela 2 - Avanço dos Indicadores Sociais entre 1970 e 1980

Avanço dos Indicadores Sociais	1970	1998
1. Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	64,0	75,00
2. Taxa de Mortalidade Infantil (por mil habitantes)	82,2	10,30
3. Taxa de Analfabetismo (em % da população com 15 anos ou mais)	11,0	4,60
4. Acesso a Água Potável (por mil habitantes)	66,0	99,00
5. Linhas Telefônicas (por mil habitantes)	37,2	185,70
6. Automóveis (por mil habitantes)	18,5	83,40
7. Televisões (por mil habitantes)	36,4	250,4
8. Índice de Gini (região da grande Santiago)	0,4	0,468

Fonte: Banco Central do Chile e INE

Casen (2006) aponta que houve um crescimento exponencial no que se refere aos indicadores, em especial nessas últimas décadas, o que resultou em uma melhora dos indicadores sociais, e de modo a reduzir a pobreza para menos de 14% em 2006 (no ano de 1987 esse indicador superava os 45%). Esse avanço significativo dos indicadores sociais fez com que o Chile fosse o primeiro país da América Latina a cumprir e, inclusive, superar as metas do milênio de redução da pobreza estabelecidas pela ONU.

Mesmo diante de todo esse avanço e melhora, a economia do país ainda apresentava em 2006 um grande desafio a ser superado: a desigualdade de renda. Neste mesmo ano, o país era visto como um dos mais desiguais do mundo, caracterizado por uma imensa diferença social entre os ricos e os pobres. Assim, o coeficiente de Gini permaneceu num patamar praticamente inalterado desde o ano de 2001, atingindo em 2006, um dos

² Entre 1985 e 1997 (com destaque para o período já nos anos 90, com o governo democrático de Patricio Aylwin) a economia chilena registrou um crescimento médio de 7% ao ano.

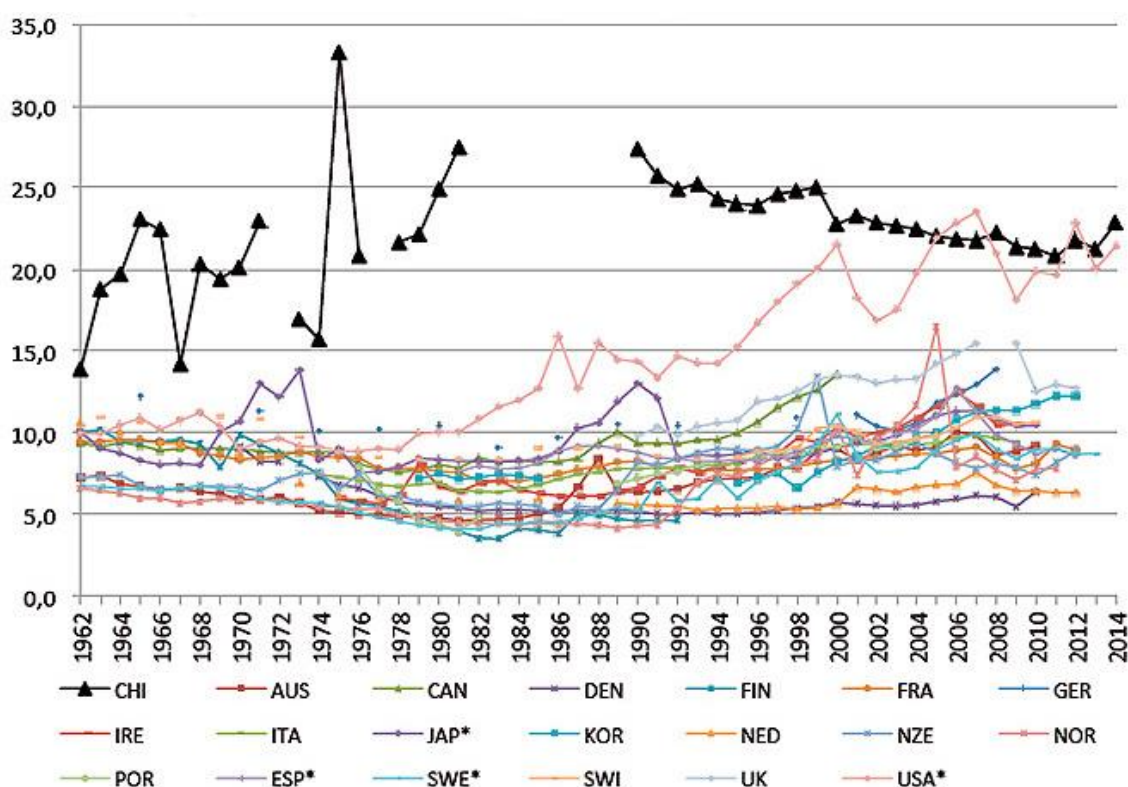
maiores do mundo (PNUD, 2006).

Entre os anos de 1982 e 1989, período que coincide com a ditadura de Pinochet no país, ocorreu o desaparecimento de todas as bases de dados e que foi reconhecido como o período de grande crescimento econômico e com o pico da desigualdade nos últimos 50 anos. Mesmo assim, os dados disponíveis revelam que o fato de o Chile ter sido considerado o único país na América Latina a reduzir as desigualdades, isso não significou que não havia concentração de riqueza nas mãos de poucos, ou seja, da elite governante e aristocrata do país, pois os percentuais analisados sobre a distribuição de renda demonstram que a elite chilena foi a que por mais tempo e com mais sucesso conseguiu apropriar-se da riqueza de seu país (FLORES et al, 2020).

A falta de equidade prevaleceu no Chile independentemente do governo, no entanto houve variações nos níveis de desigualdade no último meio século. O período de maior igualdade foi o da década de 1964-1974, tendo como marcos os anos 62, 68 e 74. O período de maior desigualdade começou na década de 1980. Depois, foi gradualmente diminuído desde o retorno à democracia (1989) até 2010. Atualmente esses níveis se aproximam dos das décadas de 1960 e 1970 (FLORES et al, 2020).

Um fator importante que gera a desigualdade é que no Chile as altas rendas provêm, fundamentalmente, das rendas empresariais e financeiras, não das rendas do trabalho. Isso mostra que desde sempre os benefícios das atividades produtivas vêm favorecendo principalmente os donos das empresas e não os trabalhadores.

O Chile também se destaca ao se considerar os 19 países membros da OCDE que possuem dados comparáveis. O 1% mais rico do Chile parece concentrar consistentemente pelo menos 10 pontos percentuais a mais do que o resto das elites. O único país que atinge um patamar semelhante são os Estados Unidos e só desde meados dos anos 2000 (GRÁFICO 1).

Gráfico 2. Comparação internacional 1% mais rico de 19 membros da OCDE

(*) Countries that include realized capital gains in their estimates.

Source: Authors' calculations and the WID database.

Fonte: FLORES et al, 2020

O aumento de riqueza exponencial assim como a concentração da renda nos últimos 50 anos no Chile pode ser explicado pela teoria de Thomas Piketty, segundo a qual as taxas de retorno do capital (que constituem grande parte da renda da elite) são maiores do que as taxas de retorno do trabalho (que constituem grande parte da renda de 99% dos cidadãos do mundo). No Chile, os dados tributários das pessoas físicas mostram que elas parecem não recolher integralmente os impostos sobre os rendimentos corporativos, pois declaram os rendimentos como corporativos, mas utilizam para fins pessoais (FLORES et al, 2020). Estes dados corroboram para explicar que a desigualdade social e econômica no Chile é histórica e que se constitui um antecedente para o estalido social de 18 de outubro de 2019.

Com a ditadura civil-militar foi colocado em marcha um modelo que combinou autoritarismo político e liberdade econômica para promover o desenvolvimento do país. Entretanto, o modelo neoliberal criou condições para

implementar e legitimizar um regime que favoreceu profundamente os interesses das burguesias chilenas. A burguesia nacional chilena apoiou o regime militar e a implantação do neoliberalismo econômico, ou seja, retirou as barreiras aos investimentos estrangeiros, privatizou a exploração de quase tudo, incluindo pesca e extração de madeira. Pinochet privatizou a indústria do cobre, porém, manteve e centralizou a produção de cobre em uma empresa estatal, a Codelco. Na década de 80 privatizou as pensões do setor público. Neste cenário, os civis recebiam cerca de 37% do seu salário, enquanto os militares recebiam 100%.

Apesar disso tudo, o neoliberalismo defende que o bem-estar humano pode avançar com o desbloqueio das liberdades e capacidades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada pela garantia dos direitos à propriedade privada, mercados livres e comércio, enquanto se eliminam os direitos sociais e trabalhistas. Sob esse ângulo, a propriedade privada e os investimentos aumentariam a dignidade humana e a liberdade individual, na medida em que são as chaves para a inovação e a criação de riqueza. Contudo não foi isso o que ocorreu no Chile nos anos subsequentes até os dias atuais.

Em 1988, a ditadura abriu a possibilidade de restabelecer um sistema democrático, mas apenas com a condição de que a Constituição de 1980 fosse preservada, juntamente com um conjunto de leis antidemocráticas. Essa condição resultou em uma negociação da transição para a democracia. A coalizão formada pela Democracia Cristã e o Partido Socialista que nos anos seguintes governou o país conviveu com os chamados “enclaves autoritários”, conjunto de leis deixados pela ditadura. Deste modo, a transição democrática chilena foi caracterizada por uma política de “consenso” tendo sido adiada a transformação estrutural no país. Os setores da saúde, educação e previdência continuaram privatizados. Ao longo de 20 anos de governo é que algumas mudanças foram implementadas, mas não foram capazes de assegurar vida digna, justiça e igualdade para o povo chileno.

O dia 18 de outubro de 2019 representou a negação das virtudes que os defensores do neoliberalismo tentavam impor à população. O estalido social de 2019 pôs à mostra o imenso descontentamento acumulado ao longo de tantos anos de neoliberalismo no país.

2.3 INSATISFAÇÃO POPULAR NO CHILE EM 2019

As raízes da crise que eclodiu em 2019 são muito mais antigas, pois estão ancoradas no modelo de desenvolvimento econômico e social que no decorrer do processo histórico foi se consolidando no país. A seguir, se analisa a dinâmica econômica chilena no período democrático.

2.3.1 A redemocratização e as desigualdades

No período pós-ditadura, quatro governos democráticos de centro-esquerda liderados pela coalizão “Concertación” (1990-2010) mantiveram políticas de livre mercado. A Concertación não rompeu com o neoliberalismo, mas apenas procurou temperá-lo orquestrando uma maior igualdade social.

A Concertación foi precedida por uma ditadura civil-militar (1973-1989) que transformou radicalmente o sistema econômico e político do país, juntamente com a reforma social de serviços como educação, saúde e previdência, inspirados na doutrina neoliberal de Milton Friedman, aliada à ideologia nacionalista conservadora. A coligação foi fundada em 1988 e se uniu contra o regime, com o objetivo de depô-lo. Os principais partidos políticos que faziam parte da coalizão foram o Partido Demócrata Cristão, o Partido Radical Social-Democrata, o Partido para a Democracia e o Partido Socialista e ocupou o poder por quatro mandatos presidenciais consecutivos entre 1990 e 2010 (FALABELLA, 2021).

Com o retorno à democracia, a Concertación assumiu o poder por um período de 20 anos (1990-2010), que abrangeu quatro mandatos presidenciais liderados por Patricio Aylwin, Eduardo Frei, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. Uma vez que a coalizão chegou ao poder, o governo geralmente continuou com o Estado subsidiário e as políticas neoliberais herdadas da ditadura, mas acrescentou a novas políticas na tentativa de melhorar os serviços de bem-estar social e reduzir a pobreza, embora fossem principalmente medidas que eram complementares ao esquema geral estabelecido anteriormente (FALABELLA, 2021).

Governaram o Chile neste período dois presidentes da Democracia Cristã e dois do Partido Socialista: Patricio Aylwin (1990-1994) e

Eduardo Frei (1998-2000), de centro; Ricardo Lagos, (2000–2006) e Michel Bachelet (2006–2010), de centro-esquerda. Bachelet seria reeleita para um segundo governo (2014–2018), com uma nova coligação, ampliada pelo ingresso do Partido Comunista, denominada Nueva Mayoría.

Eles implementaram reformas, inclusive do sistema tributário e da seguridade social. A presidente Bachelet reformou as pensões no final dos anos 2000 para ajudar os 60% mais pobres da população, alterando o funcionamento das AFP (Administradoras de Fondos de Pensão) mas não acabando com o sistema de capitalização. As pensões reformadas não dependiam do histórico de contribuições, mas deixaram elementos centrais do esquema privatizado em vigor. As políticas educacionais da ditadura também persistiram apesar da chamada “Revolução dos Pinguins” de 2006, quando estudantes do ensino médio se revoltaram contra a segregação de escolas públicas e privadas e uma revolta de estudantes universitários exigiu o fim da mercantilização da educação em 2011.

No setor da saúde, o presidente Lagos parecia fazer reformas substanciais no Plano AUGE, promulgado em 2004. Isso exigia acesso oportuno a cuidados de saúde de alta qualidade por provedores públicos e privados, juntamente com proteção financeira, para uma lista de condições de saúde. A lista inicial de 25 condições de saúde expandiu-se gradualmente para as 85 atuais. Apesar disso, o cerne do modelo neoliberal, privatista e mercantil, mantinha-se inalterado.

Em 2016, em grande parte como resultado da queda dos preços mundiais do cobre, o crescimento do PIB no Chile caiu para 1,6%, ante 6,1% em 2011, segundo o Banco Mundial. A economia e os escândalos políticos em curso estavam entre as questões de destaque quando os eleitores chilenos foram às urnas para as eleições nacionais em novembro de 2017, sendo o empresário direitista Sebastian Piñera o vencedor. Pela segunda vez ele governaria o Chile no período pós-ditadura.

2.3.2 O colapso do modelo chileno

O presidente Sebastián Piñera governou com forças conservadoras por meio de um consenso político a favor de reformas mínimas sem desmantelar estruturas fundamentais de poder.

O crescente descontentamento com as desigualdades estruturais e uma sensação frustrada de que a classe política está fora de contato com as necessidades e demandas populares produziu uma inquietação social inédita que fez eclodir o estalido social em 18 de outubro de 2019 no Chile. Os protestos se concentraram em denunciar as desigualdades sociais quanto ao acesso à educação, saúde de qualidade e previdência justa. A essas demandas vieram se somar a pauta de direitos das mulheres, dos povos indígenas, da juventude e outros.

O estalido social teve início em 17 de outubro de 2019, quando estudantes saltaram catracas no sistema de metrô de Santiago para protestar contra o reajuste de 30 pesos chilenos (aproximadamente 4 US centavos) no preço das tarifas durante os horários de pico. O aumento foi pequeno, mas imposto durante o crescente descontentamento com os carros do metrô superlotados e tarifas já altas.

Os protestos logo aumentaram. Grandes multidões se reuniram em manifestações pacíficas para exigir grandes mudanças nas políticas de proteção social, incluindo pensões, educação e saúde. Então a violência explodiu; a polícia não foi capaz de controlar a situação, apesar de implantar uma violência considerável. O governo declarou estado de emergência em 19 de outubro de 2019, atribuindo às Forças Armadas a responsabilidade de restaurar a ordem na capital. O uso de tropas evocou a história de brutalidade da ditadura chilena (Figura 1).

Figura 1– Manifestantes em Santiago em 17 de outubro de 2019



Fonte: BARREIROS, 2020

O envio de militares não restaurou a ordem. No sábado, 20 de outubro de 2019, o general em comando decretou toque de recolher das 22h às 7h, o primeiro toque de recolher durante o regime democrático no Chile. A violência, incluindo as violações dos direitos humanos, cresceu rapidamente. A brutalidade policial deixou centenas de feridos.

Em 23 de outubro, o presidente Sebastián Piñera foi forçado a recuar e respondeu às crescentes demandas com uma “agenda social” e medidas para aliviar as preocupações sobre o sistema de saúde, incluindo um teto para gastos diretos, um plano de seguro para cobrir medicamentos e um acordo entre a Central Nacional de Abastecimentos, que reúne as mais importantes drogarias privadas, para reduzir o preço dos medicamentos para quem obtém assistência médica junto a prestadores públicos. Mas era tarde e o descontentamento popular, àquela altura, havia se generalizado.

2.3.3 A crise política fora de controle

O segundo mandato do governo Piñera (2018-2022) foi fortemente marcado pela tentativa de reverter as medidas sociais adotadas pela administração progressista de Bachelet, diferentemente de sua primeira gestão, na qual a direita mostrou disposição de manter uma certa continuidade com a política econômica e social dos governos da Concertación. No segundo mandato, pelo contrário, Piñera foi eleito com um programa de ataques às reformas impulsionadas pelo governo Bachelet entre 2014 e 2018. Apesar dos logros conseguidos nesse período, eles foram insuficientes para evitar a volta da direita ao poder. Com a chegada de Piñera ao Palacio de La Moneda, as demandas populares seriam novamente postergadas de forma indefinida (AVENDAÑO, 2020)

Waissbluth (2020) indica que Piñera, assim como seus ministros dos partidos de direita, oriundos das elites chilenas, arrogantes e soberbas, avaliaram muito mal a situação, particularmente em relação aos problemas herdados desde a redemocratização. No segundo mandato Piñera destacou-se pelo aprofundamento das políticas de cunho conservador, tendo realizado uma contrarreforma tributária com a finalidade de simplificar a arrecadação tributária,

estabelecendo em um 14% do PIB em relação ao 10-15% proposto na reforma do governo Bachelet.

Ao mesmo tempo, Piñera efetuou modificações no sistema de saúde, ampliando a participação das seguradoras e dos planos privados de saúde, medida impopular num contexto em que a crise social já dava sinais de explodir. Na área da educação, optou pela concessão de bolsas e créditos estudantis sem aprofundar o sistema de gratuidade impulsionado por Bachelet. Por fim, Piñera engavetou a proposta de elaboração de uma nova Constituição formulada pela presidente Bachelet no final de seu governo. Em suma, coerente com o papel de presidente-empresarial, aliás, um dos empresários mais ricos do Chile, Piñera tentou reverter as moderadas políticas sociais de Bachelet e aplicar um novo choque neoliberal no país, tendo para isso o apoio da RN, UDI e EVOPOLI, sua base parlamentar no Congresso Nacional.

Desde o começo da segunda gestão Piñera, houve um esforço por combinar um perfil gerencial com um estilo de corte autoritário que foi encarnado ministro do interior Andres Chadwick, pertencente ao partido político UDI, primo do mandatário. O estilo autoritário do ministro do interior se viu refletido na estratégia de contenção frente aos protestos cidadãos os quais se manteve ante o estalido social forçando por parte do movimento social a efetuar uma mudança na gestão do governo (AVENDAÑO,2020).

Um dos problemas enfrentados por Piñera foi a reforma trabalhista. O governo defendeu o fim da indenização por tempo de serviço, medida impopular que, se implementada, acabaria com o que restou da legislação laboral chilena. Aliás, foi o seu irmão, à época ministro do trabalho de Pinochet, o responsável por desmontar o código laboral chileno. O sentido dessas reformas neoliberais é sempre o mesmo: baratear os custos de contratação e demissão da mão de obra, cercear os direitos de negociação coletiva e organização sindical e eliminar conquistas socio-laborais. O sindicato por empresa e a negociação direta entre empregador e empregado praticamente destruiu o sindicalismo chileno, historicamente um dos mais ativos da região. A reforma de Piñera viria acompanhada da regulação do direito de greve, dando ao empregado o direito de substituição do trabalhador em caso de greve. (Jose Luís Ugarte - Verdugo ,2019)

Em 2020, 76% dos chilenos consideraram injusto o funcionamento da democracia, por conta da desigualdade social e das disparidades na distribuição de renda, educação e saúde no país, demonstrando também insatisfação e descontentamento com este *status quo*, pois as reformas promovidas sempre foram muito limitadas devido ao modelo econômico neoliberal e sua dependência da iniciativa privada no setor de prestação de serviços sociais (MEYER, 2021).

O sociólogo Alberto Mayol recompilou algumas frases ditas durante o período 2018 e 2019 na gestão Piñera que escandalizaram a opinião pública e refletiram certamente a desconexão vital entre o governo e a cidadania. Esse clima de aguda insensibilidade social foi decisivo para deflagrar o conflito que viria a tomar conta das ruas sob o estalido social:

- Geraldo Varela, Ministro de educação, Julio 2018 “todos os dias recebo reclamações de gente que quer que arrume o teto da escola porque tem goteiras, ou uma sala que tem o chão ruim. Eu me pergunto por que não fazem um bingo?” esta frase já foi aplaudida por Margareth Thatcher, visto que para ela a sociedade não existe, os problemas são basicamente dos cidadãos e não do estado, que não tem por que tem que andar resolvendo nenhum problema.

- Cristian Monckeberg, Ministro da Habitação, dez 2018 “É um debate transversal, sobretudo em um país onde a grande maioria são ou somos proprietários, não temos muito mais, por que é nosso patrimônio, uma casinha, dois apartamentos”. Isto valeria uma medalha de ouro a desconexão e insensibilidade.

- J, Van Rysselberghe, Presidenta da União Democrata Independente (UDI) “qualquer "patipeleao (Chilenismo para se referir a uma pessoa com baixo nível de educação) se sente com o direito a insultar a alguém que trabalha no serviço público.

- Felipe Larraín, Ministro da Fazenda, 8 outubro, 2019 (crise pronta a explodir); “para os românticos... que as flores têm tido uma baixa no seu preço, assim que os que queiram dar de presente flores neste mês, tem caído um 3,6%”. Um dos pontos em questão era o alto custo de vida dos chilenos.

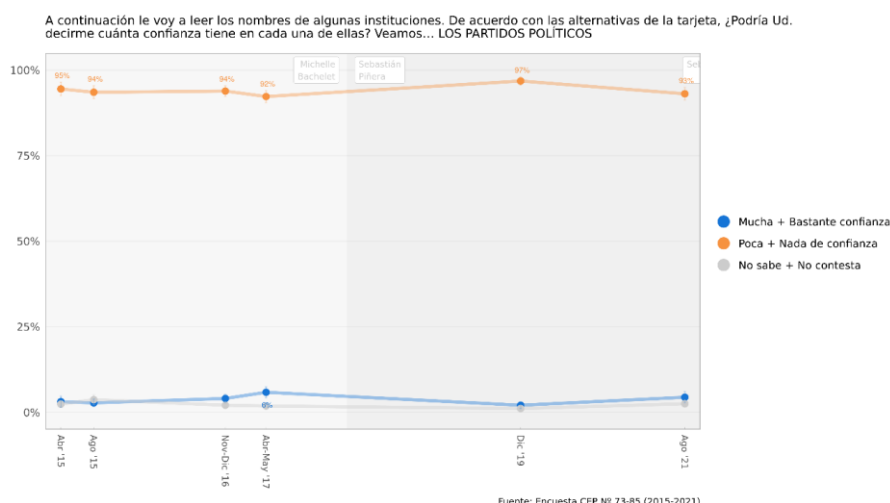
- Clemente Perez, ex-presidente do Metrô, (democrata cristão), 16 de outubro (com os secundários pulando as catracas diariamente): “cabros, esto no prendio, não tem se ganhado o apoio da população nem no Twitter”.

- Luís Castillo, subsecretario de redes assistências do ministério da saúde. “As pessoas vão cedo ao consultório para fazer vida social”. (WAISSBLUTH, 2020)

Diante disto, com o sistema político relutante ou incapaz de canalizar preferências dos chilenos, muitas pessoas saíram para as ruas em mobilizações de massa em outubro de 2019. A agitação social se transformou em protestos em Santiago. Todos foram pegos de surpresa, dos partidos de direita e da esquerda.

Waissbluth (2020), considera a crise de representatividade e credibilidade dos partidos políticos chilenos em três etapas que se dariam de forma evidente no Chile: transformação fragmentada e caótica dos sistemas políticos; ressurgimento de movimentos sociais e explosões sociais, algumas apresentando violência extrema. Segundo o autor estas etapas se vislumbraram com clareza no Chile e estão vinculadas ao descrédito dos partidos políticos tradicionais. Sucessivas pesquisas do CEP (Centro de Estudos Públicos), no ano de 2002, a confiança no Congresso Nacional era de 16% e nos partidos políticos 9%. Duas décadas depois, estes índices baixaram para 3% e 2%. As causas apontadas são a corrupção da política, as lutas de poder pessoal, insensibilidade com as demandas e necessidades da cidadania, servilismo ao poder econômico e baixo profissionalismo em seu rol legislativo.

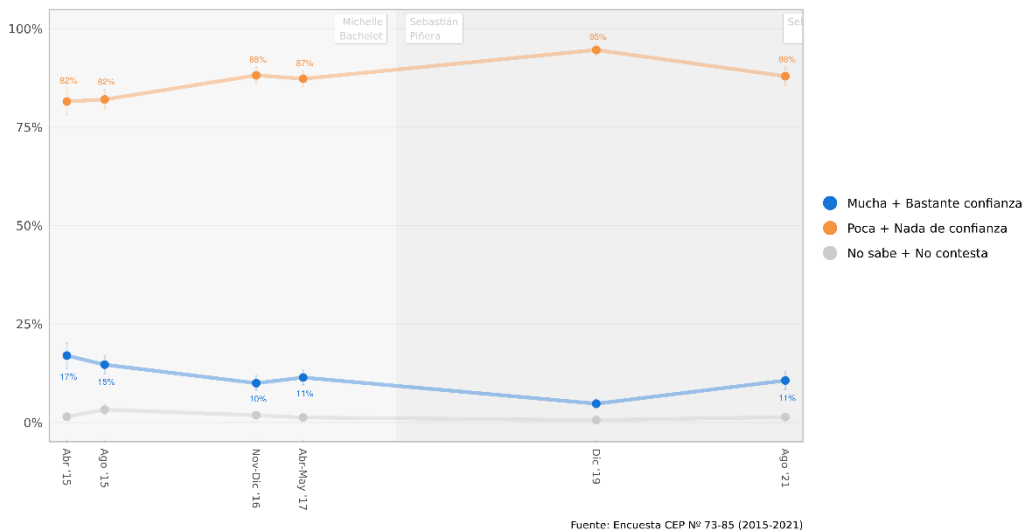
Gráfico 3 – Evolução da confiança em partidos políticos



Fonte: pesquisa CEP n' 73-85 (2015-2021)

Gráfico 4 – Evolução da confiança nos governos

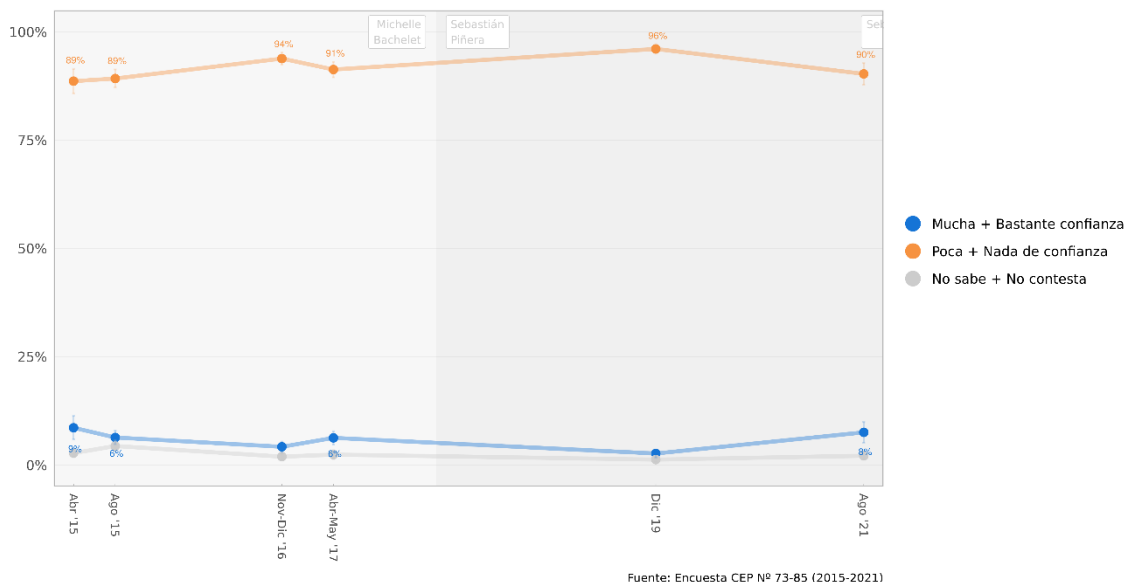
A continuación le voy a leer los nombres de algunas instituciones. De acuerdo con las alternativas de la tarjeta, ¿Podría Ud. decirme cuánta confianza tiene en cada una de ellas? Veamos... EL GOBIERNO



Fonte: pesquisa CEP n' 73-85 (2015-2021)

Gráfico 5 – Evolução de confiança no congresso nacional do Chile

A continuación le voy a leer los nombres de algunas instituciones. De acuerdo con las alternativas de la tarjeta, ¿Podría Ud. decirme cuánta confianza tiene en cada una de ellas? Veamos... EL CONGRESO



Fonte: pesquisa CEP n' 73-85 (2015-2021)

A decisão do presidente Piñera de declarar estado de emergência, seguida da ação dos militares para fazer cumprir um toque de

recolher, desencadeou uma forte reação, levando milhões de chilenos em todo o país a se juntar aos protestos.

A massividade dos protestos foi sofrendo oscilação de participação devido as medidas de repressão e controle de ordem pública ditada pelo governo de Piñera, o qual revigora novamente no dia 25 de outubro com o protesto de maior participação registrada na capital contando com a participação estimada de mais de 1.200.000 de pessoas, sempre se caracterizando por sua espontaneidade e por carecer de toda condução. O governo como contramedida para conter a crise, anunciou medidas como a suspensão do aumento do valor da passagem de metrô e o reajuste da pensão básica solidária. Tais medidas não foram suficientes. A população não só seguiu, mas também aumentou a intensidade dos protestos. Os movimentos sociais efetuaram a criação de uma mesa de unidade social, com o intuito de canalizar parte das demandas sociais e do descontentamento constituída por diversos atores sociais a partir de movimentos como No+ AFP, colégio de professores, e a CUT entre outras agrupações locais. Mas a crise já estava fora de controle. (AVENDAÑO; RAULD, 2021)

No dia 12 de novembro se registraram os episódios de maior violência desde o começo da revolta social, os fatos tiveram repercussão na imprensa nacional e internacional, destacando os efeitos desestabilizadores que estavam gerando a revolta. Cifras extraoficiais mostram entre 30 e 40 mortos desde a noite de 19 de outubro. O presidente Piñera novamente se manifesta informando a reintegração de militares e carabineiros aposentados com a finalidade de frear a onda de distúrbios e mobilizações que aconteciam em todo o país, fazendo um chamado para um acordo entre governo e oposição com o objetivo de conseguir a paz e propor um cambio constitucional. (AVENDAÑO; RAULD, 2021)

Num esforço para restabelecer a paz e responder às exigências de um novo contrato social, o governo Piñera e legisladores de todo o espectro político concordaram em realizar um plebiscito com o intuito de elaborar uma nova constituição, pois a atual, ainda era da ideada na época de Pinochet.

Na noite do 15 de novembro partidos do governo e setores da oposição subscreveram o “Acordo pela paz e a nova constituição”. Os

participantes deste acordo foram partidos de governo, entre eles RN, UDI, EVOPOLI, e da oposição DC, PPD, OS, PL. Gabriel Boric, pertencente a Convergência Social (CS), um dos partidos integrantes da Frente Ampla (FA) assinou a acordo a título pessoal. Ficaram de fora PC, PH e FRVS (ESCUDERO e GAJARDO, 2020, P4). Como parte do acordo se estabeleceu a nova carta magna partiria de uma folha em branco, ou seja, uma constituição escrita desde zero e que as decisões se tomariam com quórum de 2/3 como foi estabelecido na Constituição de Pinochet. (AVENDAÑO; RAULD, 2021)

Com o compromisso de restabelecer a paz social e a ordem pública, bem como o respeito total aos direitos humanos e às instituições democráticas, representantes dos partidos políticos, com exceção do Partido Comunista, assinaram o histórico “Acordo de Paz Social e nova Constituição”, que visou gerar uma nova Carta Magna para substituir a de 1980. O acordo que foi realizado em 15 de novembro de 2019, inclui um plebiscito para abril de 2020, no qual seriam realizadas duas consultas para conhecer a opinião da população de se sim ou não a uma nova Constituição e que tipo de órgão deve redigi-la, ou seja, se seria uma Convenção Constitucional (Assembleia Constituinte) ou uma Convenção Constitucional Mista. Esta última instância seria composta por 50% por deputados eleitos pelos cidadãos e 50% por parlamentares, que -se escolhidos para essa instância- deixarão de exercer o cargo tão logo o Serviço Eleitoral aceite sua candidatura à assembleia, para finalmente ser sometido a um plebiscito de saída, o qual implicaria inicialmente de não ser aceita a proposta elaborada pela nova constituição manter a constituição vigente.

Este acordo que significou a resposta institucional e política como meio de condução da crise se inicia com uma comissão técnica com participação dos representantes dos partidos que subscreveram o acordo do 15 de novembro, esta saída e oferecida mediante a uma mudança constitucional sem assumir de forma direta o compromisso frente as demandas que ficariam postergadas, (AVENDAÑO; RAULD, 2021)

O acordo não estaria isento de críticas e custou politicamente para ambos os lados. Como o único meio de saída institucional de uma crise, a direita assinou o acordo. Já na esquerda o Ex Deputado e atual presidente da república Gabriel Boric, foi taxado como traidor. Aos olhos dos movimentos de rua, optar por uma saída institucional e deixar as ruas foras das negociações foi

um ato repudiado. Para alguns o acordo nasce sobre a “cozinha política” o que excluiria um processo político amplo e neutralizaria os setores mobilizados a não incluir as mesas sociais no acordo, dando a paradoxo do despotismo ilustrado, “tudo para o povo, mas sem o povo” (CARRIÓN, 2020)

O plebiscito foi aprovado com esmagador apoio e, em maio de 2021, os chilenos elegeram uma assembleia constituinte na qual os representantes independentes, sem vínculos com os partidos políticos tradicionais, predominantemente de esquerda, ligados a movimentos sociais tiveram a maioria dos assentos. A assembleia cumpre o papel de rever a atuação do Estado na prestação de serviços sociais, reduzir controle sobre das empresas privadas sobre a água e outros recursos naturais, conceder autonomia aos povos indígenas e descentralizar a governança, entre outras mudanças.

Pela primeira vez, representantes dos povos originários integraram a assembleia constituinte, também a primeira eleita com paridade de gênero. Este reconhecimento faz parte do Novo Constitucionalismo Latino-Americano que desde a década de 1990 se caracteriza por incorporar demandas populares em processos amplos, plurais, participativos e democráticos, originando novas Cartas Fundamentais através de Assembleias constituintes (DULCE; SADIVIA, 2021). Equador (2008) e Bolívia (2009) são os exemplos mais recentes e trouxeram à tona os conceitos de: "plurinacionalidade", "bem viver" e a compreensão da "natureza como sujeito de Direitos". Essas constituições são fruto de lutas de maiorias indígenas e camponesas, das quais um pensamento político que invoca aqueles que não têm lugar nas altas esferas do poder (DULCE; SADIVIA, 2021). Coroando esse processo, em dezembro de 2021, Gabriel Boric, 35 anos, ex-líder estudantil, foi eleito presidente do Chile, em eleições disputadas com o candidato da extrema direita chilena, vencidas com ampla margem de votos.

2.3.4 O que esperar depois do plebiscito de saída

O Chile se submeteu a um processo eleitoral recente, denominado “plebiscito de saída” com o objetivo de aprovar ou rejeitar a proposta elaborada pela convenção constitucional. Com a finalização do trabalho da

convenção diferentes opções políticas se inclinaram por opções como: aprovar, aprovar para reformar, rejeitar ou rejeitar para reformar. O fato é que ao longo dos trabalhos, a assembleia constituinte foi perdendo o apoio inicial. Ninguém esperava, porém, que a rejeição seria tão ampla. Em todas as regiões e grandes cidades do país a Carta foi rejeitada. Empenhado na campanha do aprovo, o governo reagiu rapidamente, curvando-se aos resultados das urnas e buscando uma saída política para retomar o processo constituinte em novas bases. As Fakes News foram amplamente utilizadas pela direita para desacreditar a nova Constituição.

A seguir se pode observar alguns pontos da Constituição rejeitada pelos chilenos.

O Artigo 1º. estabeleceu que o “Chile é um Estado Social e Democrático de Direito, plurinacional, intercultural, regional e ecológico”. Se elimina o Senado, passando a ser formada uma câmara das regiões em conjunto com a câmara de deputados,

Pela primeira vez o texto consagrava um reconhecimento aos grupos historicamente excluídos: mulheres, crianças, adolescentes, pessoas dos povos e nações indígenas, pessoas com deficiência, grupos LGBTQIA+, entre outras.

Garantia de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais essenciais às condições para viver com dignidade.

Um estado regional com a proposta apresentada indica que o Chile seria um estado descentralizado que deveria velar pela implementação de políticas públicas pertinentes as necessidades territoriais adequadas as diversas realidades locais.

Sobre a regularização econômica e arrecadação fiscal se estabelecem princípios, objetivos e regulações sob os quais o estado participará da economia do país. Assumindo um rol mais ativo, além de regular, fiscalizar, fomentar e desenvolver atividades econômicas.

Como mencionado anteriormente a proposta foi rejeitada no plebiscito realizado em 4 de setembro de 2022 de acordo com as fontes do SERVEL, onde 61,86% se inclinaram pela opção de rejeitar a proposta elaborada, mas isto não acaba com o processo, já que tanto no oficialismo como

na oposição se acordou que em caso de ganhar a opção de rejeição se optaria pela construção de um novo processo constituinte.

O Congresso Nacional, os partidos políticos tradicionais, especialmente os de direita, interpretaram os resultados como uma oportunidade para recuperar a iniciativa política. Um incerto período de largas negociações está em curso desde então. A discussão se dará principalmente no modelo a ser adotado no país de agora em diante. Também está em disputa se será a nova Carta feita pelo Congresso, se será criada uma comissão de especialistas, como Ex presidentes entre outros atores, ou se haverá uma nova eleição para compor uma convenção constituinte. Seja qual for a alternativa política, os dilemas econômicos sobre o futuro do país permanecem focados em torno do modelo neoliberal, reacendendo o confronto entre os que desejam superá-lo definitivamente, e os que pretendem recuperá-lo.

O povo chileno demonstrou em 2019 o seu descontentamento em relação as persistentes desigualdades do país. Saúde, educação, moradia, previdência são as preocupações centrais da população, especialmente das classes populares e setores das classes medias empobrecidos pelo modelo chileno. e persistente com as políticas sociais e com as grandes desigualdades na disponibilidade, acessibilidade e utilização dos serviços de saúde para a população pobre. A geração que elegeu Boric, ainda não tinha nascido quando ativistas lutaram pela democracia e organizaram um referendo para acabar com a ditadura do general Pinochet. Esta nova geração acredita que a riqueza e renda devem ser distribuídas de forma igual na sociedade tendo a legislação e a intervenção direta do governo como formas de concretizar estas políticas sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UM CAMINHO PARA REFLEXÃO

O Chile está em um momento histórico, enfrentando questões centrais de governança, contrato social e seu modelo econômico. Apesar do tremendo progresso econômico e da redução da pobreza nas últimas décadas, a estrutura política existente tem sido insuficiente para continuar promovendo o crescimento da produtividade e a diversificação econômica, melhorar os resultados do mercado de trabalho e abordar ainda mais a desigualdade profundamente enraizada. Os protestos de 2019-2020 expuseram a vulnerabilidade do sistema socioeconômico, com manifestantes exigindo uma mudança na direção política e social do país. A estagnação do crescimento e da produtividade na última década levantou questões sobre a sustentabilidade da trajetória de crescimento do país e o tipo de reformas necessárias.

Ao final desta discussão é importante lembrar que o principal slogan dos protestos sociais de 2019 no Chile, inicialmente desencadeados por um aumento de 30 pesos na tarifa do metrô, afirmava: “Não são 30 pesos, mas 30 anos de indiferença”. O que motivou as pessoas a sair às ruas variava, mas esse sentimento popular agora tomou a forma por meio da eleição de um presidente membro de um partido socialista, com gabinete compostos por membros de esquerda moderada, com maioria feminina (dos 21, 14 são mulheres).

Assim, com um presidente progressista, um processo de reformas sociais, a construção de uma nova constituição e a busca pelo crescimento econômico e a coesão social o Chile pode abrir uma nova perspectiva de uma nova Era no comando político na América Latina com base na capacidade dos líderes em alavancar forças políticas para tornar os países com melhor distribuição de renda e com queda das desigualdades sociais.

Com a realização deste estudo foi verificado que as reformas econômicas implementadas no Chile nos últimos trinta anos, especificamente a partir de 2010, não foram eficazes para melhorar a qualidade das políticas sociais e atender aos anseios da população que foi às ruas manifestar sua insatisfação em relação ao alto custo de vida e às desigualdades que têm sua

origem no modelo de desenvolvimento econômico ultraliberal e na manutenção de princípios constitucionais herdados da ditadura de Pinochet.

Pode-se constatar a partir da literatura consultada que atribuiu-se em grande parte as manifestações no Chile em 2019 a um aumento de 3% no preço do bilhete do metrô, porém, a realidade é que o país vivenciou um crescimento econômico ao longo de três décadas que gerou a diminuição da pobreza, mas acirrou as desigualdades sociais, devido à liberalização demasiada da economia e o enfraquecimento de políticas sociais, gerando abismos na distribuição de renda, onde apenas 1% da população detém a maioria da riqueza .

No desenvolvimento deste trabalho pode-se verificar que no Chile a imagem de um país estável e próspero não era condizente com as reais condições de vida, tendo caracterizado aprofundamento do desequilíbrio econômico e social. Após a realização desta pesquisa pode-se verificar que as adoções de políticas neoliberais para a economia não foram suficientes para reduzir as desigualdades sociais históricas.

Em conclusão esta pesquisa aponta que mudanças estruturais, incluindo reforma constitucional e o fim do monopólio por empresas privadas no setor da saúde e educação, dentre outros, é primordial para que o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano sejam conciliados e, para que profundas desigualdades deixem de coexistir com a riqueza canalizada pelas elites políticas e econômicas do país.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto; QUIERO, Gonzalo Cáceres. Chile: processo político e controvérsias intelectuais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 49, pág. 87-111, 2000.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O aumento da pobreza na América Latina submergente**, 2002. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2019/12/06/o-aumento-da-pobreza-na-america-latina-submergente-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/> Acesso em 2 de janeiro de 2022.

AMARANTE, Verónica et al. Inequality in Latin America: a global measurement. **Cepal Review** 118 • APRIL 2016.

ANNEGUES, Ana Claudia et al. Elasticidade da pobreza: aplicação de uma nova abordagem empírica para o Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 44, jan. /jun. 2015.

ARAUJO, Jevuks Matheus de; ALVES, Janielle do Amaral; BESARRIA, Cássio da Nóbrega. O impacto dos gastos sociais sobre os indicadores de desigualdade e pobreza nos estados brasileiros no período de 2004 a 2009. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 249-275, Aug. 2013.

AVENDAÑO, Octavio; RAULD, Nelson Alejandro Osorio. Propuestas de cambio y debilidad institucional en Chile: de la revuelta social (2019) al inicio del funcionamiento de la convención constitucional (2021). **Revista de Ciencias Sociales Ambos Mundos**, [S.L.], n. 2, p. 7, 17 nov. 2021. Universidad de Alicante Servicio de Publicaciones. <http://dx.doi.org/10.14198/ambos.20978>. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alejandro-Osorio-Rauld/publication/356289047_Propuestas_de_cambio_y_debilidad_institucional_en_Chile_De_la_revuelta_social_2019_al_inicio_del_funcionamiento_de_la_Convencion_Constitucional_2021/links/61953a6607be5f31b7904abb/Propuestas-de-cambio-y-debilidad-institucional-en-Chile-De-la-revuelta-social-2019-al-inicio-del-funcionamiento-de-la-Convencion-Constitucional-2021.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

AVENDAÑO, Octavio. Estallido social en Chile: los dilemas políticos desde octubre del 2019. *Política*: **Revista De Ciência Política**, Santiago, v. 57, n. 2, p. 105-119, dez. 2020.

BARREIROS, Isabela. **Políticos latino-americanos reagiram aos protestos de 2019 com repressão e autoritarismo, afirma novo relatório**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/politicos-latino-americanos-reagiram-aos-protestos-de-2019-com-repressao-e-autoritarismo-afirma-novo-relatorio-da-anistia-internacional.phtml> Acesso em 12 de novembro de 2021.

BRAGA, Glenda. Além do PIB: o Relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi. Boletim de responsabilidade social e ambiente financeiro. **Banco do Brasil**, ano 5, nº 51, 2010.

CAETANO, Gerardo (coordinador). MERCOSUR 20 años. **Centro de Formación para la Integración Regional**. Montevideo, Uruguay, 2011.

CARVALHO, Abner Vilhena. **Crescimento econômico, desenvolvimento socioeconômico e dotação de recursos naturais versus armadilha da pobreza: evidências para Amazônia legal nas últimas duas décadas (1992-2014)**. Tese a (Doutorado Ciências ambientais) 385 f. Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém / Pará, 2018.

CARRIÓN, Emmanuel Farías. Pronunciamento institucional del neoliberalismo chileno: análisis del acuerdo nacional por la paz y la nueva constitución. **Revista Temas Sociológicos**, [S.L.], n. 27, p. 193-217, 31 dez. 2020. Universidad Católica Silva Henríquez.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2020**. El impacto social de la pandemia en América Latina, 2020. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46740/S2000182_es.pdf Acesso em 21 jan. 2021

CEPAL. **La matriz de la desigualdad social en América Latina**. I Reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre Desarrollo Social de América Latina y el Caribe Santo Domingo, 1 de noviembre de 2016

DIDIER, Rosario Aldunate. **Impacto de las restricciones de financiamiento durante la crisis asiática: evidencia para Chile**. Dissertação (Magister En Economía). Pontificia Universidad Católica De Chile. Santiago, julio de 2016

DINI, Marco; NÚÑEZ, Georgina. **Elementos para la innovación de las políticas dirigidas a las MiPymes y para la defensa de la competencia a la luz de los desafíos impuestos por la pandemia y la recuperación económica**. Publicación de las Naciones Unidas LC/TS.2021.

DULCI, Tereza Maria Spyer; SADIVIA, Vania Alvarado. El Estallido Social en Chile: ¿rumbo a un Nuevo Constitucionalismo? **R. Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 43-52, jan. /abr. 2021

ECLAC/PAHO. **COVID-19 Report ECLAC-PAHO: health and the economy: a convergence needed to address COVID-19 and retake the path of sustainable development in Latin America and the Caribbean, 2020**. Disponível em : https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45841/1/S2000461_en.pdf Acesso em 21 jan. 2021.

ESCUADERO ILLANES, María Cristina; GAJARDO FALCÓN, Jaime. Nueva Constitución y proceso constituyente. **Ideas**, [S.L.], n. 15, p. 1-8, 1 mar. 2020. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/ideas.8417>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ideas/8417>. Acesso em: 18 set. 2022.

ESPINOSA, V. I. **Salvador Allende's development policy**: Lessons after 50 years. *Economic Affairs*, 41(1), 96–110, 2021.

FALABELLA, Alejandra. Going Left, or Right? A Study of the Policy Rationale of the Chilean Center-Left Coalition Concertación in Education. **Education policy analysis Archives**, volume 29 number 5 January 18, 2021.

FERREIRA, Carolina Coelho; SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. Desenvolvimento econômico e desigualdade social: uma análise a partir do princípio de causação circular cumulativa de Gunnar Myrdal. **Revista Da Sociedade Brasileira De Economia Política**, 55 / janeiro 2020 – abril 2020.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Desarrollo Económico en Chile**: Desafíos Hacia el Bicentenario. Facultad Economía y Negocios. Universidad de Chile, 2007.

FLORES, Ignacio et al. **Top Incomes in Chile**: A Historical Perspective on Income Inequality, 1964–2017, *The Review income and wealth*, v.66, n.4, 2020.

GALARCE, Graciela. Chile cuna del neoliberalismo.: chicao boys, estallido social, plebiscito y pandemia. In: ALEJANDRO LÓPEZ (Buenos Aires).

CLACSO (comp.). **Crisis capitalista mundial en tiempos de pandemia**: una mirada desde nuestra America. Buenos Aires: CLACSO, 2021. p. 92-113. Disponível em: <https://cehepyc.uncoma.edu.ar/archivos/2022-CRISIS%20CLACSO.pdf#page=94>. Acesso em: 19 set. 2022.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênia Célia (org). **A questão social e as políticas sociais no contexto latinoamericano**. Vitória, EDUFES, 2013.

GONÇALVES, Nertan Alves. **A redução da desigualdade social como ferramenta de consolidação das democracias latino-americanas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) 53f. Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa-PB ,2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Paulo Henrique Costa. **Chile**: Da ascensão da esquerda democrática ao liberalismo autoritário Monografia (Bacharelado em Economie) 64 f. Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2017.

LÔBO, Thiago Pereira; NAKABASHI, Luciano. Além do PIB per capita: Ensaio sobre medidas de bem-estar para os estados brasileiros. **Rev. Bras. Econ.** 74 (3), Jul-Sep 2020

LOPES, José Rogério; Mélo, Jose Luiz Bica de (orgs). **Desigualdades sociais na América Latina**: outros olhares, outras perguntas. São Leopoldo: Oikos, 2011.

MACHADO, Gilmar José. **O plebiscito chinelo de 1988**: uma abordagem das propagandas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) 39 f. Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2014.

MARTINS, José Renato Vieira; ALBUQUERQUER, Carolina; GOMENSORO, Frederico. MERCOSUL social e participativo: a ampliação da esfera pública regional. In: CAETANO, Gerardo (coord.) **Mercosur**. 20 años. Uruguay: CEFIR; 2011.

MAYOL, Alberto. **BIG BANG**: estallido social 2019, modelo derrumbado, sociedad rota -política inútil. Santiago: Catalonia, 2019.

REYES, Felipe (comp.). **Para guardar registro: los 10 compromisos de la UDI, RN y Evópoli para continuar ruta constituyente**. 2022. RADIO BIOBIO, Disponível em: <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2022/09/05/para-guardar-registro-los-10-compromisos-que-anuncio-chile-vamos-para-continuar-ruta-constituyente.shtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

SÁNCHEZ-HECHAVARRÍA, Miguel Enrique et al. Introdução da Aplicação do Coeficiente de Gini ao Espectro de Variabilidade da Frequência Cardíaca para Avaliação do Estresse Mental. **Arq. Bras. Cardiol.** 113 (4), out 2019.

SOARES, Leandro Machado. **Análise da evolução da economia chilena no período 1985-2006**. Monografia 46 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

UNDURRAGA, Tomás. Neoliberalism in Argentina and Chile: common antecedents, divergent paths. **Rev. Sociol. Polit.** 23 (55), Sept 2015.

VERDUGO, Ricardo. Reformas capitales de Piñera: cuatro claves de la modernización laboral. **Radio Universidad de Chile**. Santiago, p. 1. set. 2019.

VERGARA, Pilar. Rupturas e continuidades na política social Chilena. **Lua Nova** (32), Abr 1994.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações** (Campo Grande) 11 (2), dez 2010.

WAISSBLUTH, Mario. Orígenes y evolución del estallido social en Chile. **Centro de Estudios Públicos Universidad de Chile**, Santiago de Chile, p. 1-55, jan. 2020.